

## SUMÁRIO

<i>Prefácio de FELIX FISCHER (Ministro do STJ)</i> .....	11
<i>Considerações Introdutórias</i> .....	13
 <b>Capítulo I – OS CRIMES DE LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES</b>	
<b>1. Normativa Internacional</b> .....	17
1.1 Convenção de Viena de 1988 .....	18
1.2 Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) .....	19
1.3 Convenção de Estrasburgo de 1990 .....	21
1.4 Diretiva 308/1991 das Comunidades Europeias .....	22
1.5 A Convenção de Palermo de 2000 .....	23
1.6 Outros instrumentos .....	25
<b>2. Tipificação no Direito Comparado</b> .....	25
<b>3. A lavagem de dinheiro no Brasil</b> .....	26
<b>4. Terminologia</b> .....	27
<b>5. Conceito</b> .....	28
<b>6. Bens jurídicos tutelados</b> .....	29
<b>7. Fases da lavagem de dinheiro</b> .....	34
7.1 Os modelos de fases mais conhecidos .....	35
7.1.1 O modelo do GAFI .....	36
7.2 Exemplos de algumas técnicas de lavagem de dinheiro .....	37
<b>8. Objeto material</b> .....	41
<b>9. Análise das condutas típicas</b> .....	44
9.1 A conduta típica do artigo 1º .....	44
9.2 A conduta típica do § 1º do artigo 1º .....	48
9.3 A conduta típica do § 2º do artigo 1º .....	50
<b>10. Algumas questões sobre o tipo subjetivo</b> .....	52
<b>11. O sujeito ativo</b> .....	55

<b>12. Os crimes antecedentes na lavagem de dinheiro</b>	
12.1 Conceito e classificação .....	58
12.2 O crime antecedente praticado em outro país .....	59
12.3 O rol de crimes antecedentes .....	60
12.4 Crime praticado por organização criminosa .....	62
<b>13. Causas de aumento de pena</b> .....	63
13.1 Da habitualidade .....	64
13.2 Da lavagem praticada por organização criminosa .....	65
<b>14. Delação premiada</b>	
14.1 Denominação e natureza jurídica .....	66
14.2 Requisitos da delação premiada na Lei n. 9.613/1998 .....	67
14.3 Conteúdo dos esclarecimentos .....	68
14.4 Elemento temporal .....	69
14.5 Prêmios .....	69
14.6 Valor probatório e forma .....	70

## Capítulo II – DAS DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS ESPECIAIS

<b>1. Apuração da lavagem de dinheiro</b> .....	72
1.1 Técnicas tradicionais e específicas .....	74
1.2 A ação controlada na Lei de Lavagem de Dinheiro .....	77
<b>2. O rito processual</b> .....	78
<b>3. Autonomia do processo de lavagem de dinheiro</b> .....	79
<b>4. Competência</b> .....	80
<b>5. Requisitos da denúncia</b> .....	81
<b>6. A prova indiciária na lavagem de dinheiro</b> .....	82
<b>7. Hipótese restritiva de aplicação do artigo 366 do CPP</b> .....	86
7.1 As diversas hipóteses de citação editalícia .....	87
7.2 A análise conjunta do artigo 2º, § 2º, da Lei n. 9.613/1998, e a releitura do artigo 366 do CPP .....	88
7.3 A específica hipótese do artigo 2º, § 2º, da Lei n. 9.613/1998 .....	90
<b>8. Não concessão de liberdade provisória (com ou sem fiança). A questão da constitucionalidade do dispositivo</b> .....	91
<b>9. Medidas assecuratórias</b> .....	94
9.1 O alcance do § 2º, do artigo 4º, da Lei n. 9.613/1998 .....	95
9.2 A necessidade do comparecimento pessoal do acusado .....	99

## Capítulo III – OS EFEITOS DA CONDENAÇÃO

<b>1. O confisco de bens: visão comparatística</b> .....	102
<b>2. O confisco amparado em prova indiciária: inversão do ônus da prova?</b> .....	103
<b>3. Os efeitos da condenação previstos na Lei n. 9.613/1998</b> .....	105

3.1	<i>O confisco de bens, direitos e valores objeto do crime de lavagem de dinheiro</i> .....	106
3.2	<i>A interdição do exercício de cargo ou função pública e a perda de mandato eletivo</i> .....	109
3.3	<i>A interdição do exercício de cargo de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no artigo 9º</i> .....	109

#### **Capítulo IV – BENS, DIREITOS OU VALORES ORIUNDOS DE CRIMES PRATICADOS NO ESTRANGEIRO**

1.	<i>A apreensão e o seqüestro de bens, direitos ou valores procedentes de crimes de lavagem cometidos no estrangeiro</i> .....	112
2.	<i>A divisão do produto do seqüestro ou apreensão</i> .....	113

<i>Bibliografia</i> .....	115
---------------------------	-----

#### **Anexos**

1.	<i>Exposição de Motivos da Lei n. 9.613/1998</i> .....	123
2.	<i>Lei n. 9.613/1998</i> .....	142
3.	<i>Convenção de Viena</i> .....	149
4.	<i>Decreto n. 154/1991 (Ratificou Convenção de Palermo)</i> .....	176
5.	<i>As 40 Recomendações do GAFI</i> .....	177
6.	<i>Convenção de Estrasburgo</i> .....	203
7.	<i>Diretiva n. 308/1991, das Comunidades Européias</i> .....	219
8.	<i>Convenção de Palermo</i> .....	229
9.	<i>Decreto n. 231/2003 (Ratificou Convenção de Palermo)</i> .....	259
10.	<i>Convenção de Mérida</i> .....	260
11.	<i>Decreto n. 5.687/2006 (Ratificou Convenção de Mérida)</i> .....	304